



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS**

INFORMATIVO TR-PE Nº 03-2018

1ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

Suplente: Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça

2ª Relatoria: Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Suplente: Juíza Federal Felipe Mota Pimentel

3ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Isaac Batista de Carvalho Neto

1ª TURMA RECURSAL

[0500780-37.2017.4.05.8300](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. CONDIÇÃO DE ESPOSA COMPROVADA. CONCESSÃO DE COTA PARTE. DEVOLUÇÃO DE VERBAS RELATIVAS A BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ANTERIORMENTE CONCEDIDO DE MANEIRA INDEVIDA. DESCONTOS DOS VALORES INDEVIDOS DESDE A DIB DA PENSÃO POR MORTE ORA CONCEDIDA ATÉ A AUS EFETIVA IMPLANTAÇÃO. DESCONTOS DE VALORES REMANESCENTES, CASO AINDA EXISTAM, LIMITADOS A 30% DO VALOR DO BENEFÍCIO. RECURSO INOMINADO DA AUTORA, EM PARTE, PROVIDO.

[0519701-78.2016.4.05.8300](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. CONDIÇÃO DE ESPOSA COMPROVADA. CONCESSÃO DE COTA PARTE. DEVOLUÇÃO DE VERBAS RELATIVAS A BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ANTERIORMENTE CONCEDIDO DE MANEIRA INDEVIDA. DESCONTOS DOS VALORES INDEVIDOS DESDE A DIB DA PENSÃO POR MORTE ORA CONCEDIDA ATÉ A AUS EFETIVA IMPLANTAÇÃO. DESCONTOS DE VALORES REMANESCENTES, CASO AINDA EXISTAM, LIMITADOS A 30% DO VALOR DO BENEFÍCIO. RECURSO INOMINADO DA AUTORA, EM PARTE, PROVIDO.

[0517221-30.2016.4.05.8300](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. MISERABILIDADE COMPROVADA. REQUISITOS DO ART. 20, DA LEI 8.742/93. MUDANÇA DE NÚCLEO FAMILIAR. DIB NA DATA DA CITAÇÃO. RECURSO DA AUTORA PROVIDO EM PARTE.

[0502702-92.2017.4.05.8307](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE ATUAL. REQUERENTE INCAPACITADO NO PASSADO. RETROATIVO DEVIDO. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0500460-41.2018.4.05.8303](#)

EMENTA: PROCESSO CIVIL. INCOMPETÊNCIA. SEGURADO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. PRECEDENTE DO STJ. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

[0501650-67.2017.4.05.8305](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO RMI. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ALEGAÇÃO DE SENTENÇA ILÍQUIDA. DESCABIMENTO. FIXAÇÃO DA DIB. DOCUMENTOS INEXISTENTES NA DER. DECISÃO DOMINANTE DESTA TR, SEGUINDO PRECEDENTE DA TNU. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE FIXOU A DIB NA DER. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0500968-18.2017.4.05.8304](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. SENTENÇA PROCEDENTE. ART. 60 §§ 8 E 9 DA LEI N° 8.213/91. LAUDO MÉDICO JUDICIAL. INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA. INDICAÇÃO DE TERMO FINAL DO BENEFÍCIO CONDICIONADO A PERICIA MÉDICA RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0500304-65.2017.4.05.9830](#)

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE JUIZ FEDERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. COISA JULGADA. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. INEXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SEGURANÇA CONCEDIDA

[0503963-10.2017.4.05.8302](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. RUÍDO. LIMITE DE TOLERÂNCIA. EPI EFICAZ. AGENTES QUÍMICOS. MEDIÇÃO QUANTITATIVA. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO.

[0504589-96.2017.4.05.8312](#)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DIB. DATA DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA ANTERIOR. AUXÍLIO DOENÇA SUSPENSO. DIB EM DIA POSTERIOR A DCB. RECURSO PROVIDO.

2ª TURMA RECURSAL

[0502386-94.2017.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. SERVIDOR PÚBLICO DEMITIDO. UTILIZAÇÃO DO TEMPO NO REGIME GERAL. POSSIBILIDADE. RESSALVA DO RELATOR. PRECEDENTE DO STF. RECURSO IMPROVIDO.

[0507438-77.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECOLHIMENTO RELATIVO A COMPETÊNCIAS PASSADAS. PAGAMENTO APÓS PERDA QUALIDADE DE SEGURADO. INADMISSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

[0503109-98.2017.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. AFIRMAÇÃO DO AUTOR. ADMISSÃO DE FATO CONTRÁRIO A SEU INTERESSE. CONFISSÃO. ART. 389 DO CPC. INÍCIO DA INCAPACIDADE. DATA POSTERIOR AO AFASTAMENTO DA ATIVIDADE RURAL. QUALIDADE DE SEGURADO AUSENTE. RECURSO IMPROVIDO.

[0512180-48.2017.4.05.8300](#)

SEGURIDADE SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.742/93. REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.435/11. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO. MÍNIMO DE 2 ANOS. FLEXIBILIZAÇÃO POR CRITÉRIO NÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. RESSALVA DO RELATOR. MISERABILIDADE. PROVA NÃO OPORTUNIZADA. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA.

[0503127-75.2015.4.05.8312](#)

PREVIDENCIÁRIO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO QUE ANTECIPOU OS EFEITOS DA TUTELA. REPETIÇÃO DOS VALORES. CABIMENTO. ADEQUAÇÃO DO JULGADO AO ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO PROVIDO EM PARTE

[0502480-95.2015.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO/RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA. DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO. REEXAME DE PROVAS PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO AO ENTENDIMENTO DA TNU. RECURSO DO INSS PROVIDO

[0501336-06.2017.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. VÍNCULO LABORAL CONSTANTE DA CTPS. PRESUNÇÃO *JURIS TANTUM* DE VERACIDADE. CÔMPUTO DO PERÍODO DE SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO PARA EFEITO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE. CONJECTÁRIOS LEGAIS EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STF. RECURSO IMPROVIDO

[0512508-75.2017.4.05.8300](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. CEF. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. VENDA CASADA. CONTRATAÇÃO LÍCITA. REQUISITOS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO

[0501789-19.2017.4.05.8305](#)

PROCESSUAL CIVIL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA. ART. 3º DA LEI N 10.259/2001. EFEITO TRANSLATIVO. RECURSO INOMINADO PREJUDICADO. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

[0502413-74.2017.4.05.8303](#)

CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL. BLOQUEIO DE PAGAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ILEGALIDADE NA CONDUTA DA AUTARQUIA. COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO

[0504049-78.2017.4.05.8302](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. COLISÃO. VIATURA CONDUZIDA POR SARGENTO DO EXÉRCITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANO MATERIAL. CONFIGURADO. RECURSO INOMINADO DA UNIÃO IMPROVIDO

[0501240-24.2017.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. GEPR. GRATIFICAÇÃO *PRO LABORE FACIENDO*. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO 13º. POSSIBILIDADE. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO 1/3 DE FÉRIAS. DESCABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[0521519-65.2016.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. GEPR. GRATIFICAÇÃO *PRO LABORE FACIENDO*. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO 13º. POSSIBILIDADE. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO 1/3 DE FÉRIAS. DESCABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[0502592-90.2017.4.05.8308](#)

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CEF. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO SEM AUTORIZAÇÃO DO RECORRENTE. PRÁTICA ILÍCITA CONFIGURADA. SÚMULA 532 DO STJ. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0501457-46.2017.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO A DEPENDENTE MENOR IMPÚBERE NA ÉPOCA DO ENCARCERAMENTO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO APÓS A SOLTURA DO PRESO. PAGAMENTO DE ATRASADOS. POSSIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO PROVIDO.

[0506036-58.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA IMPROCEDENTE. LAUDO. INCAPACIDADE DEMONSTRADA. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. QUALIDADE DE SEGURADO MANTIDA. PRECEDENTE DA TNU. RECURSO INOMINADO PROVIDO. TUTELA DEFERIDA.

[0503403-53.2017.4.05.8307](#)

ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO-APRENDIZ. INSTITUIÇÃO PÚBLICA. SÚMULA 96 DO TCU. REFLEXO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PRELIMINAR AFASTADA. RECURSO IMPROVIDO

[0501657-44.2017.4.05.8310](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR VELHICE. LEI COMPLEMENTAR 11/71 E DECRETO 83.080/79. PAGAMENTO A AMBOS OS COMPANHEIROS. IMPOSSIBILIDADE. ARRIMO DE FAMÍLIA. CONDIÇÃO NECESSÁRIA. PENSÃO RURAL. DESCABIMENTO. RECURSO INOMINADO PROVIDO.

[0520744-16.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RMI. LEI 9.876/99. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 3º. APLICAÇÃO. TEMPUS REGIT ACTUM. REGRA DEFINITIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

[0510001-78.2016.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. AGENTE NOVIVO RUÍDO. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO. PREVISÃO LEGAL. INEXISTÊNCIA. RECURSO PROVIDO.